



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***CAMPUS ERECHIM***  
**CURSO DE GEOGRAFIA-LICENCIATURA**

**MARCOS ADRIANO KÜHN**

**OS USOS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL LONGINES MALINOWSKI NO  
MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS**

**ERECHIM/RS**  
**NOVEMBRO DE 2017**

**MARCOS ADRIANO KÜHN**

**OS USOS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL LONGINES MALINOWSKI NO  
MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**Curso de Geografia - Licenciatura**

Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação em Geografia Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação na componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Dr.: Pedro Germano dos Santos Murara

**ERECHIM/RS**

**NOVEMBRO DE 2017**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Kuhn, Marcos Adriano

Os Usos do Parque Natural Municipal Longines  
Malinowski no Município de Erechim/RS/ Marcos Adriano  
Kuhn. -- 2017.  
53 f.:il.

Orientador: Pedro Germano dos Santos Murara .  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
geografia , Erechim, RS , 2017.

1. Parque Natural Municipal Longines Malinowski. 2.  
Parques Urbanos . 3. Áreas Verdes . I. , Pedro Germano  
dos Santos Murara, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

**MARCOS ADRIANO KÜHN**

**OS USOS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL LONGINES MALINOWSKI NO  
MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

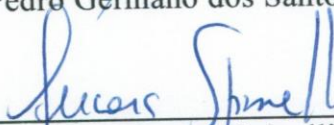
Orientador: Professor Dr. Pedro Germano dos Santos Murara

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
29 / 11 / 2017.

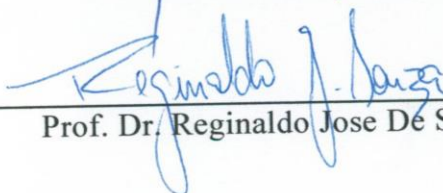
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Pedro Germano dos Santos Murara - UFFS



Prof. Dra. Juçara Spinelli - UFFS



Prof. Dr. Reginaldo Jose De Souza - UFFS

**ERECHIM/RS**

**NOVEMBRO DE 2017**

## RESUMO

Os processos de intensificação da urbanização e de crescimento demográfico criaram a necessidade da implementação de parques urbanos, os quais são entendidos como áreas verdes com função ecológica, estética e de lazer, de modo a melhorar a qualidade de vida e promover o equilíbrio ambiental nas cidades. Neste trabalho de conclusão de curso, objetivou-se identificar os usos que a população faz do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, localizado no município de Erechim/RS, identificando as potencialidades e limites deste parque urbano. Para tanto, os procedimentos metodológicos se basearam em revisão bibliográfica, elaboração e aplicação de questionários para os usuários do parque e trabalho de campo na área interna desta área verde. A partir desta pesquisa buscou-se traçar um perfil dos usuários, procurando saber quem eram as pessoas, qual sua idade, sua escolaridade, etc., com o intuito de verificar quais usos que a população faz deste parque urbano, destacando relações referentes a aspectos sociais, estéticos, ambientais e de funcionalidade desta área verde. Os resultados apontam que há um predomínio do uso do parque para caminhada no seu entorno, sendo que as áreas de lazer e de recreação revelam uma utilização secundária.

**Palavras – chave:** Parque Natural Municipal Longines Malinowski. Parques Urbanos. Áreas Verdes.

## **ABSTRACT**

The processes of urbanization intensification and population growth have created the need to implement urban parks, which are understood as green areas with ecological function, aesthetics and leisure, in order to improve the quality of life and promote environmental balance in cities. In this work, the objective was to identify the uses of the population of the Municipal Natural Park Longines Malinowski, located in the municipality of Erechim / RS, identifying as potentialities and limits of this urban park. To do so, the methodological procedures are based on bibliographic review, elaboration and application of questions to park users and field work in the internal area of this green area. From the research, a profile of the users was sought, trying to know who they are as people, what their age, their schooling, etc., with the purpose of verifying who uses a population of the urban park, highlighting relationships referring to aesthetic devices, environmental and functional aspects of the green area. The results show that there is a predominance of the use of the park for walking in its surroundings, and the leisure and recreation areas show a secondary use.

**Keywords:** Municipal Natural Park Longines Malinowski. Urban Parks. Green areas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 01 - Piscina Clube, Erechim – RS.....	30
Fotografia 02 - População usando quiosque localizado no Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	32
Fotografia 03 - Bicicletário do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	32
Fotografia 04 - Biblioteca do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	33
Fotografia 05 - Playground Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS... ..	34
Fotografia 06 - Pórtico de acesso ao Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	34
Fotografia 07 - Academia do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim/RS... ..	35
Fotografia 08 - Acesso às trilhas do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	36
Fotografia 09 - Trilha com falta de sinalização no Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	36
Fotografia 10 - A) Presença de lixo nas trilhas do PNMLM; B) Galeria pluvial com folhas e troncos caídos no PNMLM.....	37

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Idade dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski..	38
Gráfico 02 - Sexo dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski..	38
Gráfico 03 - Escolaridade dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.	39
Gráfico 04 - Finalidade para qual os usuários utilizam o Parque Natural Municipal Longines Malinowski..	39
Gráfico 05 - O que mais atrai os usuários a utilizarem o Parque Natural Municipal Longines Malinowski..	40
Gráfico 06 - Frequência dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski..	41
Gráfico 07 - Distância que os usuários se deslocam do Parque Natural Municipal Longines Malinowski..	41
Gráfico 08 - Bairros em que os usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski residem.....	42
Gráfico 09 - Qualidade dos serviços do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.....	42
Gráfico 10 - Funções que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski cumpre para a cidade..	43
Gráfico 11 - Benefícios que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski gera para a população.....	43
Gráfico 12 - Inclusão ou exclusão que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski gera a população. ....	44
Gráfico 13 - Tempo para o lazer dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.....	44
Gráfico 14 - Pontos negativos do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.....	45



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 - Categorias de Unidades de Conservação segundo o SNUC.. .....	19
--------------------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 01 - Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.....	30
-----------------------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01 - Localização do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS. 28

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Problematização.....	14
1.2 Justificativa.....	14
1.3 Objetivo Geral .....	15
1.4 Objetivos Específicos .....	15
 <b>CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	 <b>17</b>
2.1 Parques Urbanos e Áreas Verdes.....	17
2.2 Sistema de Unidade de Conservação no Brasil .....	18
2.3 Planejamento Ambiental no Brasil .....	22
2.4 Preservação da Biodiversidade .....	24
 <b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....</b>	 <b>26</b>
 <b>CAPÍTULO IV – RESULTADOS .....</b>	 <b>28</b>
4.1 O Parque Natural Municipal Longines Malinowski.....	28
4.2 A Infraestrutura do Parque Natural Municipal Longines Malinowski .....	31
4.3 Os Usos do Parque Natural Municipal Longines Malinowski .....	37
 <b>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>46</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 <b>48</b>
 <b>ANEXOS .....</b>	 <b>52</b>

## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

O crescente e acelerado processo urbanização, que se intensificou desde a década de 1960, resulta em impactos socioambientais que influenciam na vida dos cidadãos urbanos (IBGE, 2016). Atualmente, a população que vive em meios urbanos têm enfrentado diversos problemas de ordem social e ambiental, tais como, poluição sonora e atmosférica, trânsito intenso e falta de infraestrutura adequada (FILHO et al., 2016).

As modificações e alterações efetuadas no espaço pela ação antrópica, resulta em paisagens que, nos centros urbanos figuram-se pela ausência de áreas de lazer, parques urbanos e até mesmo de áreas verdes que colaboram e influenciam na qualidade de vida da população (SOUZA e AMORIM 2013; LONDE, 2014).

Atualmente, os parques urbanos se apresentam como um excelente instrumento de práticas recreativas em áreas naturais, tais como, lazer, práticas de esporte, descanso, contemplação, entre outras atividades que atraem um grande número de pessoas, especialmente as de origem urbana. Nesse sentido, estes parques se caracterizam como espaços públicos que possuem a função ecológica e estética, possibilitando maior interação do homem com a natureza.

Essas áreas, muitas vezes, acabam ficando no esquecimento por parte da administração pública, principalmente no que se refere à manutenção para que a população se aproprie destas áreas. Assim, a adequação destes espaços verdes e públicos, tem se mostrado cada vez mais relevante.

A Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, em seu Artigo 11 e § 4º, regulamenta a denominação de Parque Natural Municipal, quando a Unidade de Conservação for criada pelo município e afirma que seus objetivos principais envolvem possibilitar a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, Lei 9.985, 18 de julho de 2000).

Erechim, município localizado no Norte do estado do Rio Grande do Sul, dispõe do Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM), o qual é uma área verde que abrange diversas possibilidades de atividades que trazem e podem vir a trazer benefícios e melhorias na qualidade de vida da população erechinense.

Os processos de expansão urbana e crescimento da população no município de Erechim passaram a exigir a criação de espaços públicos para visitação, recreação, práticas de

esportes, entre outros. Contudo, alguns desses espaços, como é o caso do PNMLM, ainda necessitam de uma atenção especial por parte do poder público, pois, apesar de algumas atividades serem realizadas com êxito por parte da população, ainda existem limitações nos benefícios oferecidos à população local.

### 1.1 Problematização

O Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM) é a única área verde caracterizada na categoria Parque no perímetro urbano do município de Erechim – RS. O mesmo possui uso restritivo pela população. Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Erechim realiza aos domingos, o fechamento de algumas vias de circulação no centro da cidade para que a população faça uso como área de lazer.

Nesse sentido, faz-se necessário investigar quais as formas de usos efetuadas no PNMLM, quem utiliza e qual o uso desta área verde, uma vez que, identifica-se no município de Erechim a demanda da população por áreas de lazer, áreas verdes e de recreação que são utilizadas pela Prefeitura Municipal como manobras, por meio da criação de espaços de convívio no centro da cidade.

### 1.2 Justificativa

O tema pesquisado decorre do questionamento a respeito da utilização e funcionalidade de parques urbanos, em especial, do Parque Natural Municipal Longines Malinowski. Atualmente, o interesse na área é crescente, devido ao fato de que este é o único parque inserido na área urbana do município de Erechim – RS. Este parque em questão foi doado pelo Estado do Rio Grande do Sul ao Município de Erechim, pela Lei 267 de 09 de agosto de 1948 (PME, 2011).

O parque possui uma área de 24 hectares, constituída por vegetação típica da mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, composta por fragmentos de Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Mata de Araucária, a qual está inserida no bioma Mata Atlântica. A Mata de Araucária é uma formação florestal típica da região sul do Brasil e sua estrutura se dá entre espécies coníferas e folhosas, das quais pode-se destacar *Araucária angustifolia* (pinheiro brasileiro) e *Ocotea porosa* (imbuia) (MEDEIROS et. al, 2005).

Em pesquisas relacionadas ao Parque Natural Municipal Longines Malinowski, constatou-se poucos estudos referentes à história, caracterização e ao uso do mesmo. Zanin (2002) realizou uma investigação quanto às características do parque, a qual intitula-se “Caracterização Ambiental de um Parque Urbano: Parque Municipal Longines Malinowski, Erechim, RS”, neste estudo, a autora buscou incentivar a tomada de decisões dos órgãos públicos direcionados a manutenção, conservação e valorização do parque e da diversidade cultural através de um planejamento ambiental. Além disso, neste trabalho a autora já demonstrava a intenção de que seu estudo servisse como base para a elaboração do Plano de Manejo do parque, que anos depois foi colocado em prática por Zanin em conjunto com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Erechim).

Devido à falta de estudos referentes aos usos do Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM), considera-se que este trabalho de conclusão de curso teve caráter de ineditismo, pois através dele verificou-se quais são os usuários deste parque, como ocorre efetivamente o uso desta área verde, além de avaliar algumas limitações da área em questão.

### 1.3 Objetivo Geral

- Verificar quais os usos que a população faz do Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM).

### 1.4 Objetivos Específicos

- Compreender o desenvolvimento histórico do Parque Natural Municipal Longines Malinowski;
- Caracterizar as infraestruturas do parque;
- Analisar a população que utiliza o parque;
- Avaliar as limitações do parque;
- Propor melhorias para o parque de modo a beneficiar a população.

Este trabalho de conclusão de curso apresentará, além deste capítulo introdutório, quatro subdivisões: o segundo capítulo, o qual aborda a fundamentação teórica da pesquisa e trata dos Sistemas de Unidades de Conservação no Brasil, apresenta o PNMLM, trata de planejamento ambiental e urbano e dos espaços públicos, especialmente das áreas verdes urbanas. O terceiro capítulo, no qual apresentamos a metodologia para a realização desta pesquisa. O quarto capítulo, que apresenta os resultados demonstrando que a maior parte da

população o utiliza para caminhada no entorno e as áreas de lazer e recreação ficam como atividades secundárias e, por fim, são tecidas as considerações finais, momento em que se aprofunda a análise de verificação dos usos do parque e são traçadas proposições de melhorias para o parque.



## CAPÍTULO II

### 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1 Parques Urbanos e Áreas Verdes

Para Lima e Amorim (2006) as áreas verdes assumem papel de equilíbrio na qualidade ambiental dos espaços urbanos, sendo que a falta da arborização gera um desconforto térmico no microclima da cidade, modificando os padrões naturais. Além de saúde, educação e cultura, para a população faz-se também necessário um ambiente de qualidade, em que a vegetação contribua positivamente para o bem estar interferindo na qualidade de vida dos habitantes da cidade.

A lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 em seu artigo 2º estabelece que a Política Nacional do Meio Ambiente possui o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, buscando assegurar, no Brasil, condições para o desenvolvimento socioeconômico e aos interesses da segurança nacional, além da proteção da dignidade da vida humana.

A questão ambiental se agrava e ganha importância cada vez mais à medida que as cidades se expandem e se apropriam demasiadamente dos recursos naturais, pois se tornaram o local em que grande parte da população mundial se concentra, e a consequência disso é a transformação do espaço natural (LIMA e AMORIM, 2006).

Quando as áreas verdes são preservadas e destinadas a recreação e ao lazer da população, estas colaboram para a transformação das cidades, fazendo com que haja um equilíbrio entre a vida urbana e o meio ambiente, a fim de proporcionar à população uma qualidade ambiental. Por outro lado, a falta destas áreas verdes, traz consequências negativas para o ambiente urbano, como por exemplo, falta de áreas de lazer para a população, alteração no clima local, enchentes, entre outros (AMORIM, 2001).

Segundo Cavalheiro (1982), as áreas verdes coincidem com espaços livres de uso público, pois exercem função ecológica, estética e social. Para haver estes locais é necessário que o solo seja livre de construção e tenha presença de vegetação. O autor caracteriza os espaços livres em três categorias:

- 1º. livres de uso particular: quintais e jardins particulares, etc.;
- 2º. livres de uso potencialmente coletivo: terrenos baldios urbanos não cercados, pátios de escolas, pátios de igreja, clubes e etc.;

3º. livres de uso público que são livremente acessíveis ao público em geral: ruas e avenidas (as calçadas), ruas de lazer, ruas de pedestres (calçadas), largos, praças, *playground*, parques, cemitérios, jardim botânico, bosques, reservas, parques naturais etc.

Desta maneira, surge a necessidade da criação destes espaços livres de uso público no interior das cidades, ou seja, áreas verdes que são comumente conhecidos como parques, praças e jardins. Estes espaços, além de contribuir de maneira significativa para uma boa qualidade de vida nos centros urbanos, adquiriram representatividade no que diz respeito ao lugar da natureza na cidade. Segundo Kliass (1993, p. 19) “Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação”.

A presença de parques urbanos é importante para o aumento de áreas verdes nas cidades desempenhando melhorias das condições ambientais e de vida da população, além de contribuir para a diversidade paisagística do seu entorno. Para Cavalheiro et al. (1999) a vegetação colabora para a melhoria do clima urbano e favorece à fauna e *habitat* de diversas espécies animais, além da fertilidade do solo. A estética objetiva integrar os espaços e elementos que compõem a paisagem urbana. A função ecológica relaciona-se com a composição de elementos naturais que minimizam os impactos resultantes da industrialização e urbanização. E os espaços de lazer colaboram para o bem estar social, permitindo a interação da população com estas áreas verdes.

## 2.2 Sistema de Unidades de Conservação no Brasil

O Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM), é caracterizado como uma Unidade de Conservação (UC), criada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), segundo a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Enquadrando-se na categoria de Unidades de Proteção Integral que têm como principal objetivo,

[...] preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras (BRASIL, Lei 9.985, 18 de julho de 2000).

Esta categoria, Unidade de Proteção Integral, é composta pelas UC: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre, conforme pode ser observado no quadro 01.

O PNMLM está enquadrado na categoria de Parque Nacional, que surgiu no final do século XIX a fim de preservar a fauna e flora, conservando os aspectos naturais e culturais do crescente desenvolvimento da sociedade, esta categoria é definida pelo SNUC como sendo:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, Lei 9.985, 18 de julho de 2000).

Os Parques Naturais são administrados direta ou indiretamente pelo Estado e são categoria mais antiga das Unidades de Conservação, sendo geridos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

A Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que trata-se de uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Cabe ao ICMBIO propor, implantar, gerir, fiscalizar, proteger e monitorar as Unidades de Conservação federais, propor e executar programas de pesquisa, preservação, conservação e proteção da biodiversidade das UCs, fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais aos responsáveis pelo não cumprimento de medidas que se refere à correção ou a preservação da degradação ambiental. O Instituto apoia ainda a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

**Quadro 01:** Categorias de Unidades de Conservação segundo o SNUC.

Grupo	Categoria SNUC	Origem	Descrição
Proteção integral	Estação Ecológica	SEMA (1981)	De posse e domínio público, servem à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas. A visitação pública é proibida, exceto com objetivo educacional. Pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável.
	Reserva Biológica	Lei de Proteção à Fauna (1967)	Visam a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.

	Parque Nacional	Código Florestal de 1934	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	Monumento Natural	SNUC (2000)	Objetivam a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de vida silvestre	SNUC (2000)	Sua finalidade é a proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Uso sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico	SEMA (1984)	Geralmente de pequena extensão, são áreas com pouca ou nenhuma ocupação humana, exibindo características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	MMA (1996)	De posse privada, gravada com perpetuidade, objetivando conservar a diversidade biológica.
	Área de Proteção Ambiental	SEMA (1981)	São áreas geralmente extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Floresta Nacional	Código Florestal de 1934	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	SNUC (2000)	São áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
	Reserva de Fauna	Lei de Proteção à Fauna (1967) - sob o nome de Parques de Caça	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva Extrativista	SNUC (2000)	Utilizadas por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, áreas dessa categoria tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

**Fonte:** Associação O Eco. Adaptada. Acesso em outubro de 2017.

Em todo Parque Natural é obrigatório ter o Plano de Manejo detalhando os limites de utilização e visitação, baseado nos riscos da Fauna e Flora. Segundo a Lei Federal nº 9.985/2000, o Plano de Manejo é:

Artigo 2º, Inciso XVII: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, Lei 9.985, 18 de julho de 2000).

Desta maneira, o Plano de Manejo representa o principal instrumento de gestão e planejamento das UCs e tem por objetivo conduzir a gestão e propiciar o manejo dos recursos naturais dessas unidades de conservação. A elaboração do Plano de Manejo é realizada através de consulta pública e toma de decisão de forma contínua, buscando o entendimento das questões históricas, culturais, socioeconômicas e ambientais que representam uma UC e a região a qual esta está inserida, ou seja, não é apenas a elaboração de um documento técnico.

No Brasil, a primeira área protegida, foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 (SCHENINI, et al, 2004). Porém, a inexistência de critérios técnicos bem definidos, levou a criação de áreas preservadas apenas pela beleza cênica ou fenômeno geológico/geomorfológico interessante. Gradativamente, foram se desenvolvendo critérios mais técnicos para a determinação das unidades de conservação.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 225, assegura que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." (BRASIL, 1988).

Para não ser apenas mais um artigo da constituição, criaram-se mecanismos para dar margem à preservação ambiental, mas a lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação demorou mais de uma década após a promulgação da constituição para existir. Segundo essa lei, as unidades de conservação (UC) fica definida como o

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, Lei 9.985, 18 de julho de 2000).

De maneira simplificada, o Ministério do Meio Ambiente define as UC como:

[...] espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (MMA, 2016).

A Lei 9.985 de 18 de junho de 2000 garante que a criação de Unidades de Conservação são permitidas nas esferas federal, estadual e municipal, além da particular.

Da mesma forma, o SNUC foi pensado para que as Unidades de Conservação possam ser administradas de forma integrada com o espaço em que estão inseridas, não sendo apenas uma “ilha”, isolada e intocada, mas que possa ser utilizada pelas pessoas que vivem em seu entorno, de forma a preservar o espaço (ASSOCIAÇÃO OEKO, 2016).

### 2.3 Planejamento Ambiental no Brasil

No Brasil os prenúncios das propostas de planejamento ambiental datam dos anos 1930, com a constituição do Código das Águas, do Código Florestal e com a Lei de Proteção à Fauna. Contudo, foi especialmente a partir da década de 1970 que a preocupação com o meio ambiente resultou na elaboração e implementação de políticas públicas com caráter marcadamente ambiental. Conforme Cunha e Coelho (2003) é possível identificar três grandes momentos da história das políticas ambientais no Brasil:

**1º.** de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais;

**2º.** de 1972 a 1987, em que a ação intervencionista do Estado chega ao ápice e aumenta-se a percepção de uma crise ecológica global;

**3º.** de 1988 aos dias atuais, marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

O primeiro período além de ter sido marcado pela adoção de mecanismos legais de regulação dos usos dos recursos naturais, o espírito desenvolvimentista enraizou-se no país e os processos de industrialização e urbanização estavam mais avançados nas regiões Sul e Sudeste principalmente, portanto, as ações públicas incidiram basicamente nestes locais. Assim, o crescimento populacional desordenado na faixa litorânea acabou por apontar também a necessidade de criação de unidades de conservação voltadas para a proteção dos remanescentes do bioma Mata Atlântica.

O segundo período foi fortemente influenciado pela repercussão do informe do Clube de Roma e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Nesta última, surgiram contradições referentes ao desenvolvimento e as questões ambientais, sendo que na concepção do progresso, o homem deveria dominar a

natureza, explorando os recursos considerados inesgotáveis, aliando o desenvolvimento do homem ao crescimento acelerado dos centros urbanos e a utilização da natureza como fonte de recursos abundante. Após discussões e sugestões foi elaborado um importante documento denominado de “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, deste documento relacionou-se temas ambientais, de preservação e de uso dos recursos naturais (PASSOS, 2009).

Além disso, a crise do petróleo no início da década de 1970 ampliou o debate acerca da escassez dos recursos naturais. Neste período o Brasil passou a sofrer forte pressão do movimento ambientalista e de organismos financeiros internacionais em virtude do ritmo acelerado de degradação de seu patrimônio natural, devido às políticas modernizantes e de integração nacional, implementadas pelo regime militar. As pressões dos bancos internacionais que passaram a exigir estudos de impacto ambiental para financiamento de projetos provocaram uma mudança de comportamento do governo (CUNHA e COELHO, 2003).

Em 1981, foi promulgado um dos principais documentos referentes ao ambiente: a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Este instrumento criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e formulou diretrizes de avaliação de impactos, planejamento e gerenciamento e zoneamentos ambientais (SANTOS, 2004). Este período também se caracterizou pela multiplicação das unidades de conservação em todo o país, principalmente na região da Floresta Amazônica e na Região Nordeste. Os projetos de infraestrutura que se proliferaram em todo o país passaram a ameaçar as populações locais, e isso fez com que em 1986 fosse aprovado outro documento de extrema importância: a Resolução 001 do CONAMA que criou a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

O terceiro período apontado por Cunha e Coelho (2003) iniciou-se em 1987, a partir da divulgação do Relatório Brundtland<sup>1</sup>, o qual passou a introduzir com grande repercussão o conceito de desenvolvimento sustentável. Este novo conceito incorpora a dimensão socioambiental trazendo à tona os conflitos de interesses econômicos frente aos limites dos sistemas sociais e naturais. O relatório sugeriu caminhos para as nações substituírem os atuais

---

<sup>1</sup> O Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), publicado em 1987 propõem a ideia de desenvolvimento sustentável, entendido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

modelos de desenvolvimento, porém, não apresentou um planejamento das ações que levassem em conta o desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2005).

Além disso, a Constituição Brasileira de 1988 tratou especificamente da questão ambiental e declarou como patrimônio nacional a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e o Pantanal. Já a partir da década de 1990 o planejamento ambiental foi incorporado aos planos diretores municipais e o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais passou a ser estimulado. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1993, firmando compromisso com a elaboração das *Agendas 21* locais e regionais, uma exigência decorrente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92, a qual aconteceu na cidade do Rio de Janeiro e marcou a forma como a humanidade vinha se relacionando com o planeta. Foi nesta conferência que a política internacional admitiu que era necessário um desenvolvimento socioeconômico com o auxílio dos recursos da natureza, ou seja, que o progresso apenas poderia se dar através da aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente, garantindo qualidade de vida a geração atual e as futuras gerações (OLIVEIRA, 2011).

## 2.4 Preservação da Biodiversidade

Ao avaliar as paisagens nos espaços urbanos, sob o sentido da apropriação e consequentemente da transformação espacial, observa-se que há um adensamento de lotes e supressão da cobertura arbórea, o que acarreta na redução de funções do ambiente que dependem da presença da vegetação. Esses fatos manifestam a seriedade com que se deve realizar o planejamento urbano, buscando o avanço da qualidade do ambiente dos centros urbanos (MASCARÓ, 2005).

É necessário que ao planejar a alteração e modificação de um espaço na área urbana, se considere os aspectos ecológicos de seu entorno, com ações de preservação da biodiversidade, delineando áreas verdes, como corredores ecológicos e fragmentos de vegetação em seu interior, visando a redução de prejuízos que o crescimento das cidades podem causar ao que é considerado natural, ou seja, a busca do equilíbrio. Muito embora prevaleça na produção do espaço urbano a retirada da cobertura vegetal e a impermeabilização, é possível a perpetuação de fragmentos verdes como oásis nas áreas urbanizadas. As áreas verdes também possuem outras funcionalidades, além das citadas anteriormente, como preservar recursos hídricos, redução de ruídos, absorção de poeira, condiciona a temperatura, e ainda pode ser um local de lazer (FIGUEIRÓ, 2015).



A perturbação de origem antrópica é um dos principais problemas sobre a biodiversidade, dentre inúmeras consequências que podem ocorrer é o processo de fragmentação dos ecossistemas. Tomando como exemplo o bioma da Mata Atlântica, grande parte das florestas estão dispostas em fragmentos, na maioria das vezes isolados e mal conservados (VIANA, 1995). O processo de fragmentação em função do uso do solo coloca em risco a sobrevivência das espécies, devido à redução de *habitats* (FIGUEIRÓ, 2015).

Nesses casos, a criação de Unidades de Conservação tem a função de preservação de amostras populacionais, *habitats* e ecossistemas, com o intuito de garantir a riqueza biológica (MMA, 2016). Assim, os parques no interior de centros urbanos desempenham um papel indispensável para a biodiversidade que vive nesses locais, pois como afirma Figueiró (2015) os fragmentos de vegetação urbanos, podem servir de refúgios para determinadas espécies, sendo biótopos importantes para manter a biodiversidade.

Os parques em áreas urbanas com fragmentos de vegetação, desde que em condições adequadas de conservação, podem trazer resultados positivos no quesito preservação da biodiversidade, pois em alguns casos podem ser as últimas opções de refúgio para a biota. Na maioria das vezes estes fragmentos estão dispostos de forma isolada e mesmo assim detém vasta biodiversidade vegetal, que serve como recurso alimentar e proteção para fauna (PAIVA & GONÇALVES, 2002).

Nesse sentido, é importante que os gestores das cidades considerem ao planejar suas ações o fundamental papel da distribuição da biodiversidade, para a promoção de centros urbanos sustentáveis, onde haja a plena expressão e desenvolvimento biológico. Um passo importante para tal acontecimento é pensar a cidade para que homens e natureza interajam, mesmo que através do planejamento, assim talvez seja o princípio da construção de níveis éticos, prevalecendo à colaboração sobre a predação (FIGUEIRÓ, 2015).

## CAPÍTULO III

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se, primeiramente uma fase exploratória de revisão bibliográfica acerca de teorias que abordavam áreas verdes nos centros urbanos, bem como o levantamento de dados e informações acerca do Parque Natural Municipal Longines Malinowski e o uso do espaço urbano sob a influência dos contextos sociais.

A segunda etapa da metodologia consistiu na elaboração de um questionário piloto (Anexo 1), o qual foi aplicado próximo ao portão principal de entrada do parque, no mês de março de 2017, abrangendo um total de 15 pessoas entrevistadas. Este questionário abordava questões de caráter qualitativo e quantitativo, sendo assim aplicou-se um questionário de múltipla escolha e também de perguntas abertas aos usuários do parque.

Através da aplicação deste questionário piloto, observou-se que havia algumas falhas, levando a algumas respostas tendenciosas, como foi o caso da pergunta número 4, que foi eliminada por abordar o horário em que os entrevistados costumavam utilizar o parque. Neste caso, foi constatado que as pessoas respondiam o horário em que elas estavam realizando suas atividades, ou seja, era no mesmo momento em que a entrevista estava sendo realizada. Notou-se também a necessidade de incluir uma questão que abordasse os pontos negativos do parque. Assim, foi incluída a pergunta número 11 no questionário. Com a aplicação deste piloto, também verificou-se que o questionário poderia ser aplicado com o uso do *smartphone*, lançando as respostas diretamente na plataforma do *Google Docs*, facilitando assim, o tratamento e análise dos dados.

Desta forma, no mês de outubro de 2017, foram entrevistadas mais 95 pessoas. Nesta ocasião, o questionário já estava sendo aplicado no *Google Docs* e continha onze perguntas (Anexo 2). A distribuição das entrevistas deu-se nos turnos da manhã, tarde e início da noite, em um domingo, em uma quarta-feira e em uma sexta-feira. Assim, no total, foram 110 pessoas entrevistadas, o que representa aproximadamente 1% da população estimada pelo IBGE para o ano de 2017 no município de Erechim.

O presente questionário aplicado no PNMLM buscou traçar um perfil dos usuários, buscando saber quem eram as pessoas, qual sua idade, sua escolaridade, etc., e teve o intuito de verificar quais usos que a população faz deste parque urbano, destacando relações referentes a aspectos sociais, estéticos, ambientais e de funcionalidade desta área verde.

Os dados coletados a partir da aplicação do questionário foram analisados através de cálculos estatísticos gerando tabelas e gráficos, para posterior descrição e análise das respostas obtidas da população entrevistada.

Após a elaboração e aplicação do questionário, a terceira etapa da metodologia da pesquisa consistiu num trabalho de campo no interior do parque, realizado no mês de novembro de 2017. Este trabalho de campo teve o objetivo de verificar as potencialidades e limites no interior do PNMLM.

Este trabalho de campo foi acompanhado por uma funcionária do parque, assim, foram realizadas trilhas e observação da manutenção da infraestrutura interna, tais como das trilhas, placas de sinalização, segurança, banheiros, bancos e mesas, centro de visitantes, lixeiras, cercas, academia ao ar livre, espaço destinado a eventos e feiras.

Por fim, a última etapa foi à escrita dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários e do trabalho de campo anteriormente mencionado.

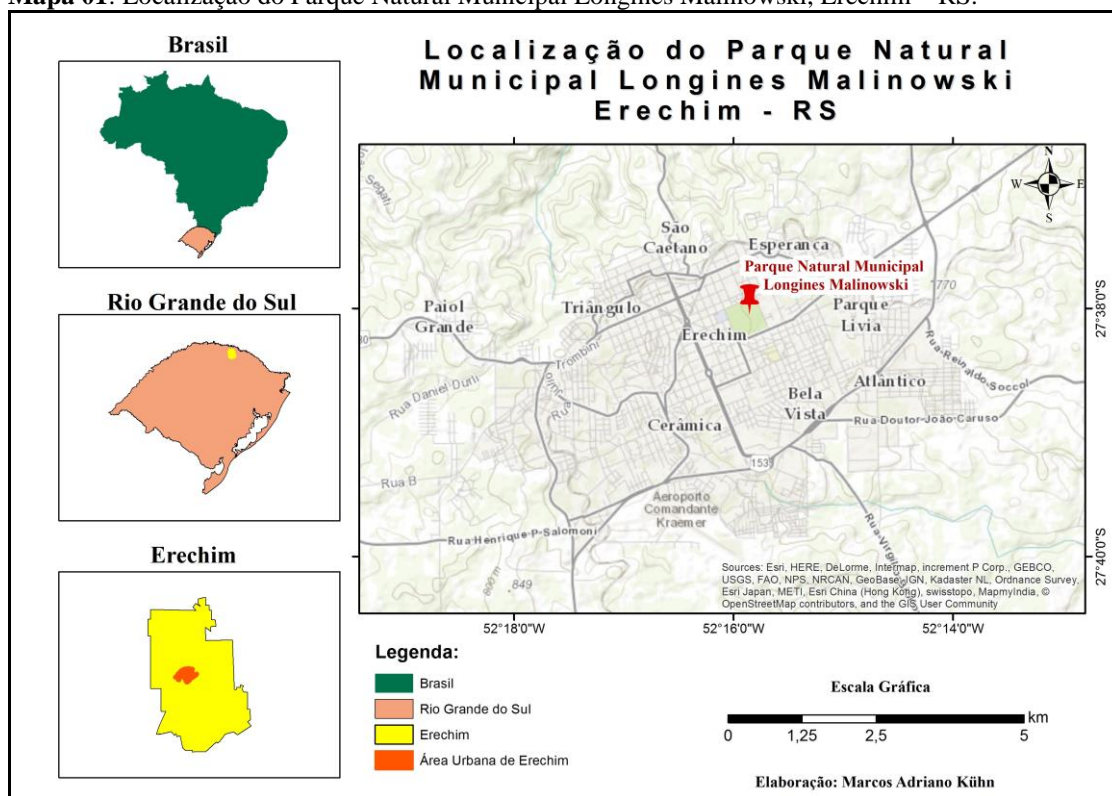
## CAPÍTULO IV

### 4 RESULTADOS

#### 4.1 O Parque Natural Municipal Longines Malinowski

O Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM) localiza-se no perímetro urbano do município de Erechim – RS (Mapa 01). A área de Erechim é de 425,86km<sup>2</sup> e o município fica a aproximadamente 360 Km da capital do estado, Porto Alegre. A história do PNMLM está intimamente ligada à colonização da Região do Alto Uruguai e do município de Erechim, sendo que este parque é considerado um Patrimônio Histórico Natural (PME, 2011).

**Mapa 01:** Localização do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Marcos Adriano Kühn, 2017.

De acordo com ZANIN (2002), em 30 de abril de 1918 a cidade de Erechim foi emancipada, sendo que a área que deu origem ao Parque não estava prevista no projeto original de instalação da cidade, pois neste local estavam sendo planejadas 12 quadras com lotes de 1250 m<sup>2</sup>. Entre os anos de 1916 e 1947, a atual área do Parque era um potreiro destinado à alimentação e guarda dos cavalos e mulas de uso dos colonizadores e que

pertencia a Comissão de Terras. Devido a isso, até hoje, o Parque é também conhecido pelo nome de Potreiro ou Mato da Comissão (PME, 2011).

A área do Parque Natural Municipal Longines Malinowski inicialmente pertencia ao Governo Estado do Rio Grande do Sul, quando em 1939 este, doou os 24 hectares ao município de Erechim através do Decreto 8.053, de 23 de dezembro de 1939.

Em 25 de março de 1947 foi sugerida a criação de um parque municipal na área chamada de “Potreiro ou Mato da Comissão de Terras” a fim de preservar fragmentos da vegetação natural e propiciar uma área de lazer, cultura, estudos e turismo. Na ocasião foi dado como sugestão o nome do parque como Parque Carlos Torres Gonçalves em homenagem ao engenheiro que projetou a cidade de Erechim, Sr. Carlos Torres Gonçalves. Com o objetivo de instituir o parque foi criado um projeto em 1948 com descrição da vegetação do local, além de prever a criação de traçados, pórticos e recomposição da mata (PME, 2011).

Em 1948 o projeto foi aprovado pelo Governo do Estado e ocorreu a doação da área ao município de Erechim com a assinatura da Lei nº 267 de 9 de agosto de 1948, assinada pelo governador do Rio Grande do Sul, Walter Jobim. Na qual destinava única e exclusivamente a doação para criação de um Parque Municipal (RIO GRANDE DO SUL, 1948).

Porém, o projeto não foi totalmente implementado, sendo realizada somente a abertura dos caminhos e plantação das espécies arbóreas, atividade estas desenvolvidas pelo professor desenhista e agrimensor da Comissão de Terras, Longines Malinowski (PME, 2011).

Em 1998 foi criado oficialmente o Parque Municipal Longines Malinowski (Imagem 01) sob a Lei municipal nº 3.110, de 30 de novembro de 1998, cuja finalidade da área, é resgatar os atributos excepcionais da natureza na região; a proteção integral da flora, da fauna e demais recursos naturais com objetivos educacionais, científicos, recreativos e turísticos; assegurar condições de bem-estar público. Ficando proibida a exploração dos recursos naturais da área do parque (ERECHIM, Lei 3.110, 30 de novembro de 1998).

Em 17 de agosto de 2006, o então prefeito Eloi João Zanela, através da Lei Municipal nº 4.029, alterou a Lei nº 3.110 de 1998, acrescentando ao nome do Parque o termo “natural”, ficando criado o Parque Natural Municipal Longines Malinowski (PNMLM) nos termos dos artigos 7º, 8º e 11º da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ERECHIM, Lei 4.029, 17 de agosto de 2006).

**Imagem 01:** Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Google Earth, 2017.

Em 2011 a Prefeitura Municipal de Erechim fez com que o Piscina Clube (clube privado nas proximidades do parque) devolvesse quase sete mil metros quadrados que estavam sendo utilizados de forma irregular, além dos 11 mil metros quadrados que a prefeitura cedeu de forma gratuita ao Clube. Na ocasião, a prefeitura realizou uma reforma na área, devolvendo este espaço a comunidade, construindo um Centro de Lazer com churrasqueiras, bancos, pias, banheiros, parquinho para crianças e academia ao ar livre (PME, 2011).

**Fotografia 01:** Piscina Clube, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.



Recentemente este local passou por uma nova reforma sendo entregue a comunidade em agosto de 2016. Nesta ocasião, a Prefeitura Municipal de Erechim criou a Lei 6.193 de 24 de agosto de 2016, a qual regulamenta a utilização e preservação do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.

O PNMLM constitui-se como referência urbana e de orientação dos habitantes do município de Erechim, destacando-se pela sua importância histórica, pela sua área de conservação e por seu espaço de lazer, estudos e beleza. O Parque apresenta muitas características específicas como sua paisagem, com grande potencialidade para a prática da conservação da biodiversidade do local (ZANIN, 2002).

#### 4.2 A Infraestrutura do Parque Natural Municipal Longines Malinowski

Partimos do pressuposto de que os parques urbanos que possuem boa estrutura e condições ambientais adequadas podem proporcionar maior qualidade de vida para a população, especialmente no que se refere à disponibilização de áreas verdes para o desenvolvimento de atividades físicas, lazer e contato com a natureza. Nesse sentido, destacaremos neste capítulo a infraestrutura atual que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski disponibiliza para a população fazer uso e os resultados obtidos através da aplicação do questionário.

Primeiramente, é importante destacar que a reforma, mencionada no item 4.1, a qual foi realizada no ano de 2016, pela Prefeitura Municipal de Erechim, proporcionou melhorias significativas para este parque urbano. A parte interna do parque é composta por 8.407,39 m<sup>2</sup>, possuindo academia com diversos equipamentos de ginástica, 10 quiosques com churrasqueira, piso, pia e mesa com bancos e luz elétrica (Fotografia 02), um bicicletário com 20 bicicletas que podem ser utilizadas nas adjacências do PNMLM, bancos e cadeiras para empréstimo, além de bebedouro e água quente para chimarrão.

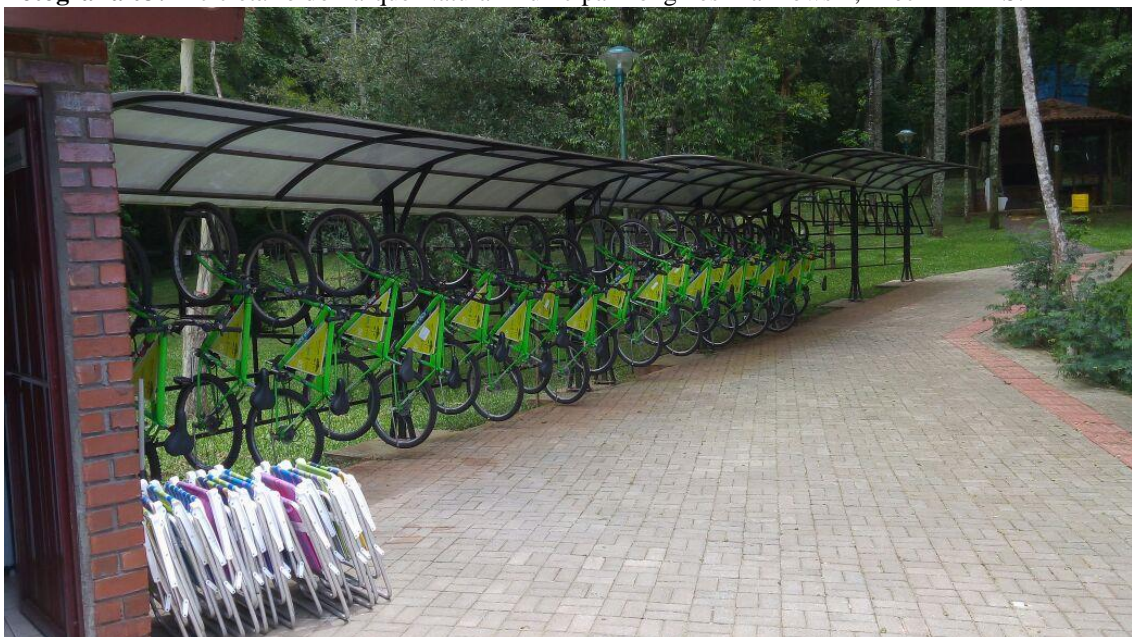
**Fotografia 02:** População usando quiosque localizado no Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Para a utilização das bicicletas antes mencionadas, foi criada uma ciclovia, onde as bicicletas ficam disponíveis ao público de terça à sexta-feira das 18h às 20h, e aos domingos e feriados das 8h às 20h (Fotografia 03). A retirada, bem como as regras de uso destas bicicletas é regulamentada pela Lei 6.193 de 24 de agosto de 2016, desta forma, todas as pessoas que tem interesse em fazer o empréstimo, precisam realizar um cadastro junto à Biblioteca Municipal.

**Fotografia 03:** Bicicletário do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

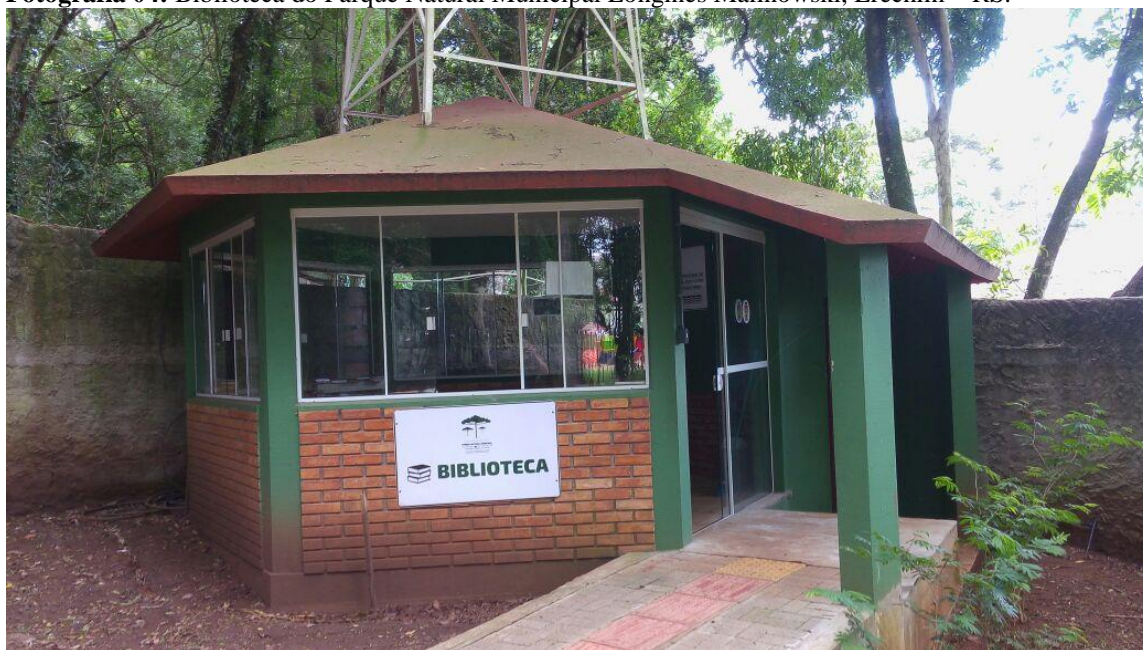


A partir de 2016, o parque passou a contar também com uma feira da agricultura familiar. Esta feira é a segunda do município que conta com produtos orgânicos e acontece todo sábado no período matutino. Também foi construído um novo passeio público no perímetro do parque, com acessibilidade para deficiente visual e cadeirante, passando de 2 metros de largura para 3,6 metros (PME, 2017).

Até o ano de 2016, o parque contava com um cercamento de tela que estava deteriorado pelo tempo. Com a reforma, houve a substituição da tela por muros com grades e a instalação de postes de iluminação.

Para, além disso, o PNMLM passou a contar com uma biblioteca com literatura diversa, banheiros novos com acessibilidade, lixeiras e um *playground* para as crianças, o qual é composto por quadra de areia e brinquedos, conforme pode ser observado nas fotografias 04 e 05.

**Fotografia 04:** Biblioteca do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

**Fotografia 05:** *Playground* Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

O pórtico de entrada do PNMLM também foi reformado. Na fotografia 06, pode-se observar as calçadas com faixa tátil e o novo muro com grades.

**Fotografia 06:** Pórtico de acesso ao Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.



Conforme já mencionado, os parques urbanos, quando possuem espaços adequados e dispõem de segurança para a população, são considerados apropriados para a prática de atividades físicas. No PNMLM não é diferente, as calçadas externas são utilizadas com muita frequência para corridas e caminhadas, já na parte externa, as pessoas costumam praticar atividades físicas na academia ao ar livre, conforme pode-se observar a aparelhagem na figura 07.

**Fotografia 07:** Academia do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim/RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Apesar da boa estrutura da parte destinada ao lazer e atividades físicas da população, as trilhas do parque possuem alguns pontos fracos. Normalmente, as trilhas são utilizadas como vias de acesso aos ambientes naturais, de forma que as pessoas possam contemplar a natureza. No trabalho de campo realizado para esta pesquisa, observou-se que no início das trilhas não havia mapas com o traçado e a indicação do percurso a ser feito (fotografia 08), bem como, percebeu-se que no decorrer das trilhas não havia sinalização e lixeiras (fotografia 09).

**Fotografia 08:** Acesso às trilhas do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

**Fotografia 09:** Trilha com falta de sinalização no Parque Natural Municipal Longines Malinowski, Erechim – RS.

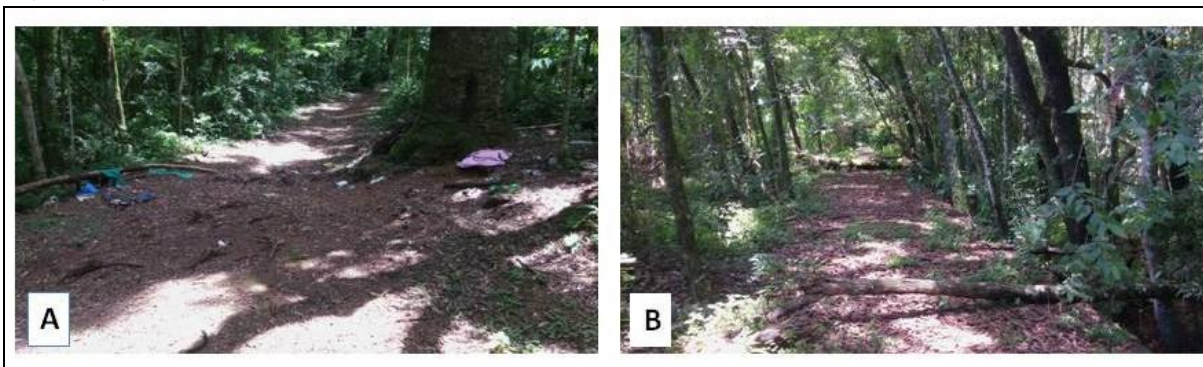


**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Observou-se também que em alguns pontos da trilha há lixo acumulado, troncos caídos, os quais dificultam a passagem, e também há um córrego (paralelo a Rua Comandante Kraemer) que é canalizado através de uma galeria pluvial (fotografia 10).



**Fotografia 10:** A) Presença de lixo nas trilhas do PNMLM; B) Galeria pluvial com folhas e troncos caídos no PNMLM.



**Fonte:** Trabalho de campo, Marcos Adriano Kühn, 2017.

A manutenção das trilhas é indispensável para que a população possa fazer uso com segurança. Infelizmente, a ausência de mapas e meios interpretativos como sinalização, acaba fazendo com que boa parte da população não desfrute dessas áreas mais internas do parque, pois a falta de estrutura adequada causa desconforto e situações indesejadas de risco na realização do percurso.

Partindo do pressuposto que o parque em questão é um patrimônio público, compete ao poder municipal disponibilizar lixeiras e envolver a comunidade num processo de conscientização no que se refere à destinação do lixo dentro do PNMLM, além da promoção de uma maior divulgação de suas potencialidades, demonstrando sua importância para a população local.

#### 4.3 Os Usos do Parque Natural Municipal Longines Malinowski

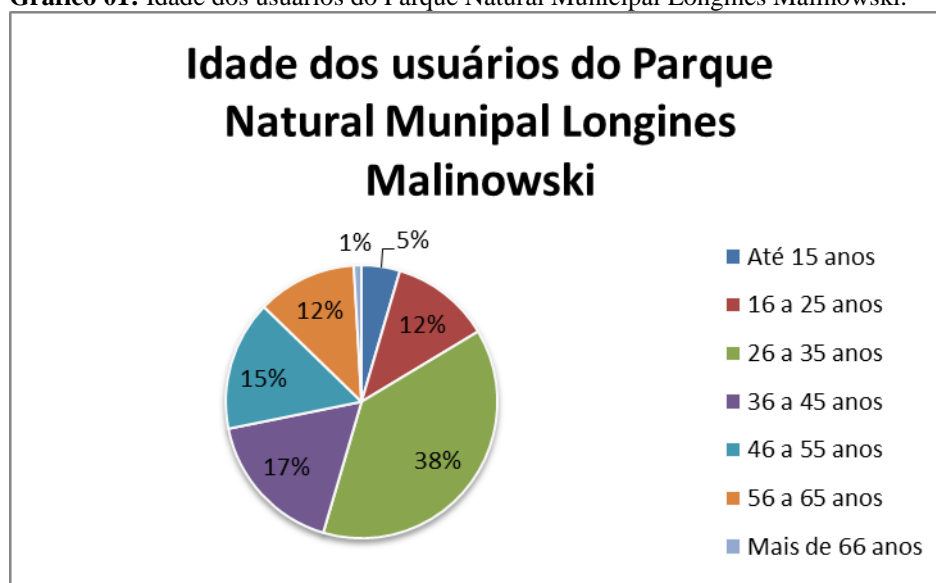
Com o objetivo de compreender os usos que a população erechinense faz do parque, realizou-se a aplicação de um questionário, tendo como população os frequentadores do espaço. Outros objetivos alcançados foram: o perfil dos usuários, a finalidade com que utilizam este espaço, os motivos que levam a frequentar o parque, a frequência de visitas, a distância de deslocamento, avaliação da qualidade dos serviços oferecidos pelo parque, funções do parque para a cidade de Erechim, e a importância do parque para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao aplicar os questionários, buscou-se, entre outras questões, responder às que se relacionam ao que as pessoas pensam, porque escolhem e usam o parque. Na busca de compreender quais são os usos que a população faz do parque.

Os resultados demonstram que a faixa etária predominante é composta por adultos com idades variadas, sendo que entre 26 e 35 anos são encontrados em maior proporção,

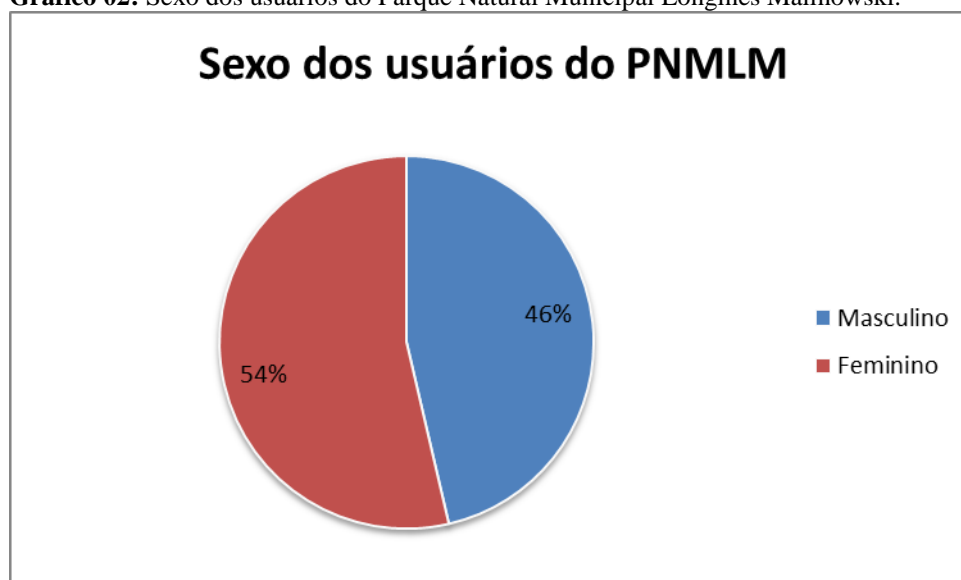
38,2% dos casos (gráfico 01). Em termos do sexo dos usuários constatou-se certo equilíbrio, sendo que a frequência feminina é levemente maior do que a masculina (gráfico 02). Quanto ao nível de escolaridade, mais de 50% dos usuários declaram possuir ensino superior (gráfico 03).

**Gráfico 01:** Idade dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.

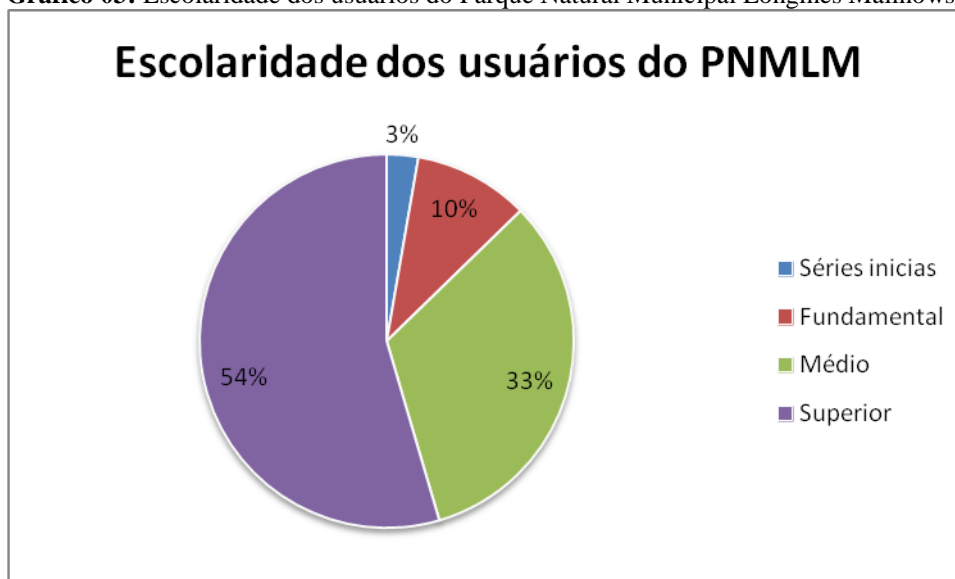


**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

**Gráfico 02:** Sexo dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.

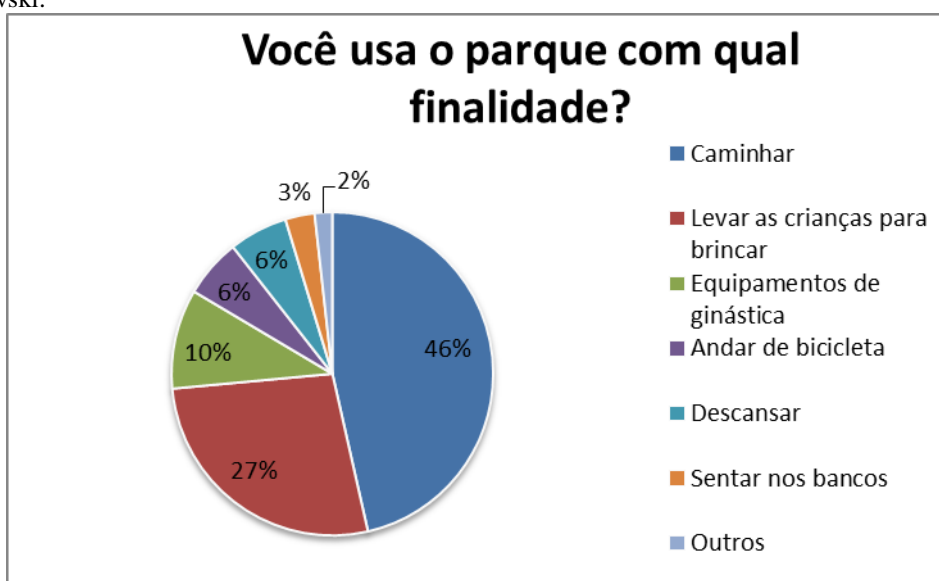


**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

**Gráfico 03:** Escolaridade dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.

**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

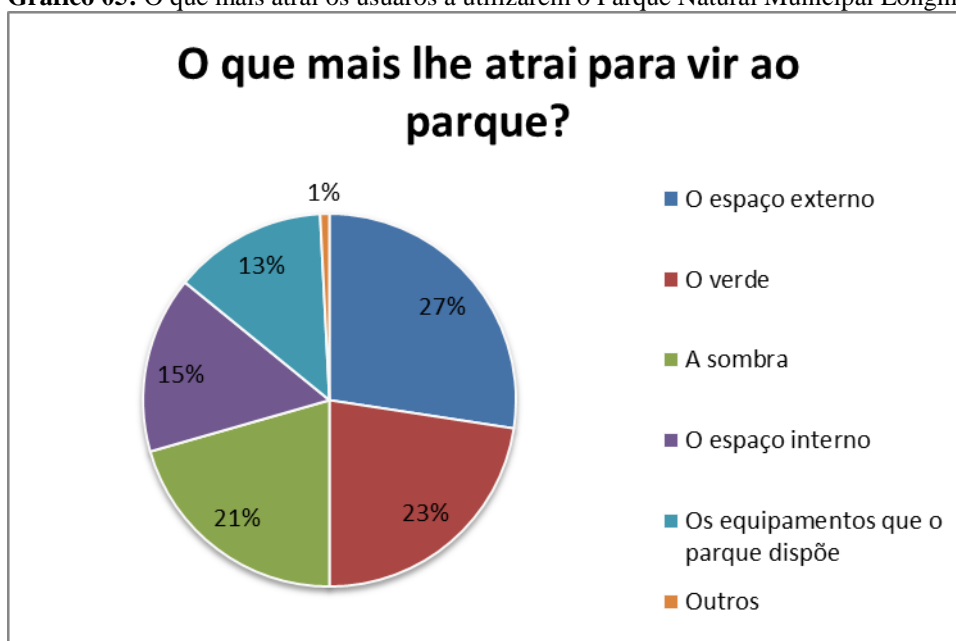
Quanto à finalidade do uso do parque, os usuários poderiam escolher mais de uma alternativa para resposta, sendo assim, 46% dos entrevistados utilizam o parque para realizar caminhadas, enquanto que 27% têm o costume de levar as crianças para brincar no parquinho localizado no interior do PNMLM (gráfico 04). Observa-se também que embora o parque tenha uma grande ciclovia ao seu entorno, apenas 6% dos entrevistados dizem utilizar o parque para andar de bicicleta.

**Gráfico 04:** Finalidade para qual os usuários utilizam o Parque Natural Municipal Longines Malinowski.

**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Os resultados obtidos quando questionados sobre o que mais lhe atrai para vir ao parque, indicam que a maior parte dos usuários frequenta o parque devido ao espaço externo, possivelmente por realizam caminhadas no entorno do parque. Outros atrativos como resposta são o verde e a sombra, seguidos do espaço interno, o que indica que as pessoas buscam contato com a natureza, tanto para atividades internas, quanto externas (gráfico 05). Nesta questão, os entrevistados também podiam responder mais de uma alternativa como resposta.

**Gráfico 05:** O que mais atrai os usuários a utilizarem o Parque Natural Municipal Longines Malinowski.

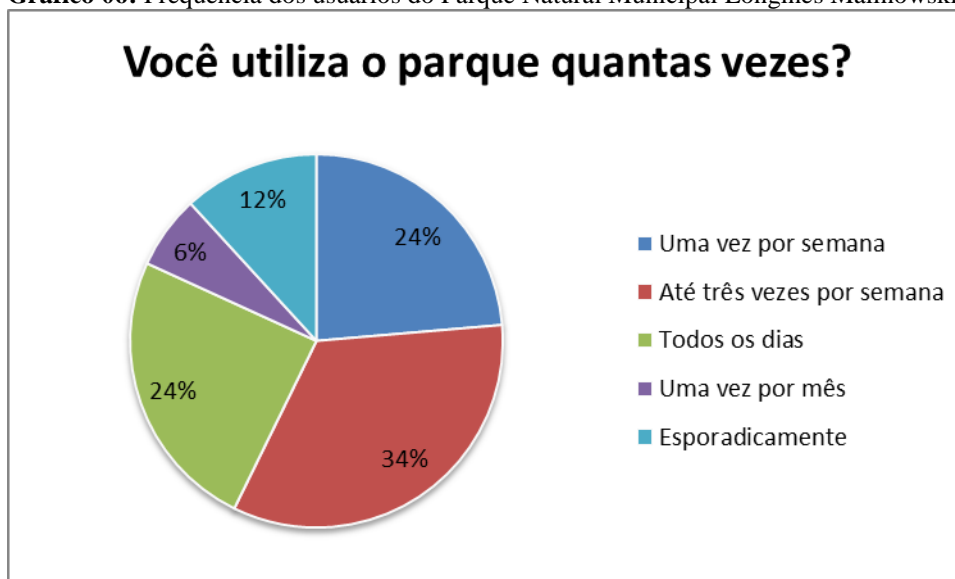


**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Quanto à frequência dos usuários, as pesquisas demonstram que 34% dos usuários utilizam o parque até 3 vezes por semana, 24% utilizam o parque todos os dias e outros 24% utilizam o parque 1 vez por semana (gráfico 06). Apenas 12% responderam que utilizam o parque esporadicamente.



**Gráfico 06:** Frequência dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Quanto a distância de deslocamento dos usuários, os moradores vindos de outros bairros representam 37% dos entrevistados, frequência pouco superior aos moradores próximos ao parque que se deslocam de quatro a cinco quadras que representaram 31% dos usuários do parque (gráfico 07). Dois entrevistados responderam que são de outra cidade, um de Jacutinga/RS e o outro de Itatiba do Sul/RS, ambos foram ao parque para levar as crianças para brincar e frequentam o parque esporadicamente.

**Gráfico 07:** Distância que os usuários se deslocam do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Como 37% dos entrevistados residem em outros bairros da cidade de Erechim, é importante observar que dentre os usuários, os bairros que mais se destacam são: Três Vendas, Centro, Copas Verdes, Bela Vista e Morada do Sol (gráfico 08).

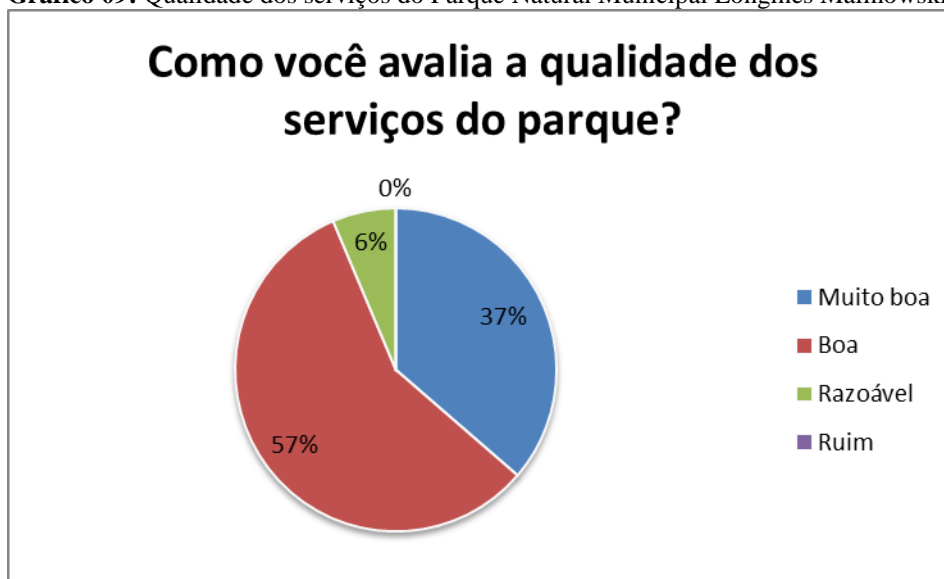
**Gráfico 08:** Bairros em que os usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski residem.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Os resultados mostram resposta afirmativas quanto a qualidade dos serviços do parque, sendo que nenhum entrevistado disse achar ruim os serviços ofertados 63 entrevistados acham a qualidade do parque boa (gráfico 09).

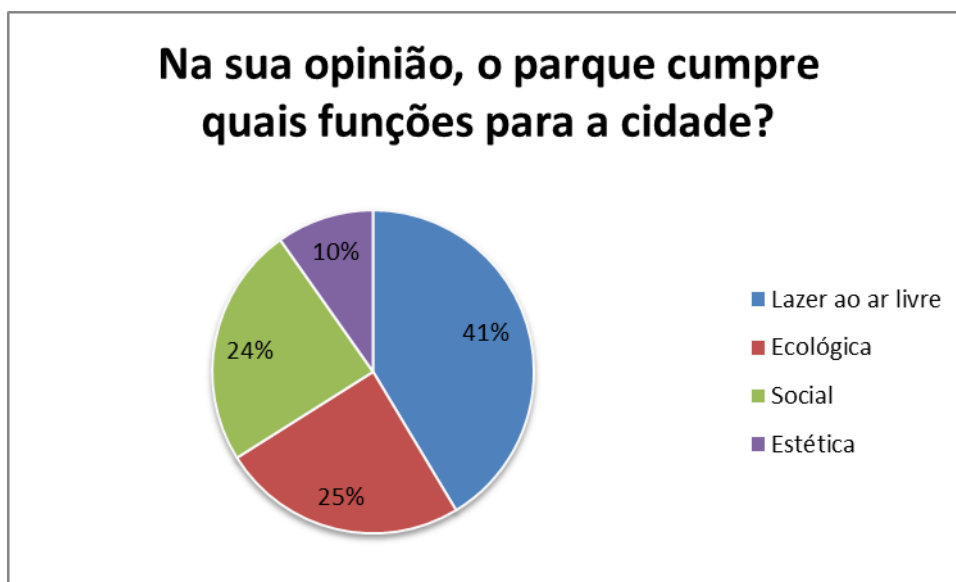
**Gráfico 09:** Qualidade dos serviços do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Os usuários ao serem entrevistados e perguntados sobre as funções que o parque desempenha para a cidade (gráfico 10), responderam que a função ecológica, junto com as funções sociais, estéticas e principalmente de lazer ao ar livre são cumpridas pelo parque.

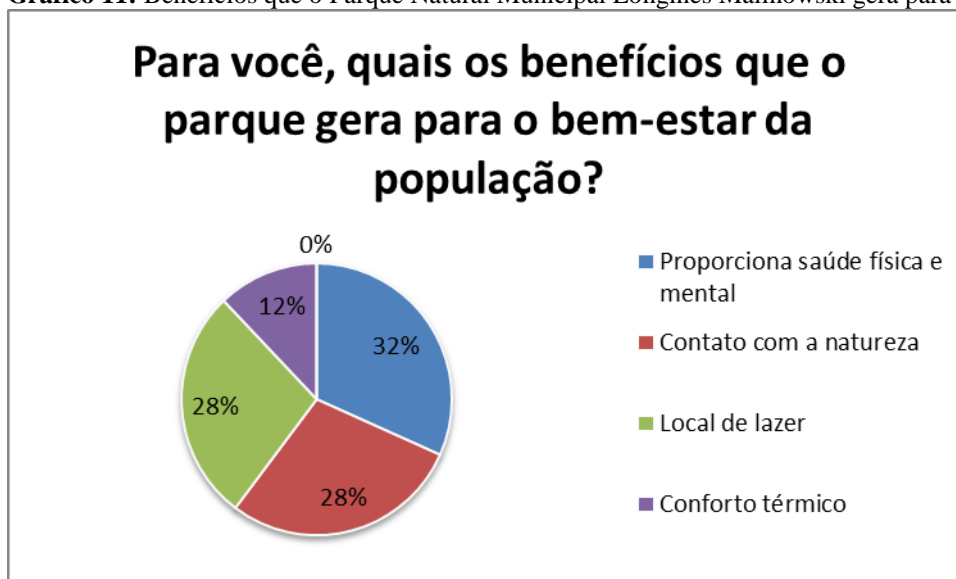
**Gráfico 10:** Funções que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski cumpre para a cidade.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Nas entrevistas, as declarações dos usuários, estão muitas vezes, associadas aos efeitos de conforto térmico gerado pelo microclima ameno produzido pela presença de árvores (gráfico 11). Segundo os questionários, a sensação de bem-estar experimentada pelos usuários favorece a obtenção de outros benefícios, como o lazer, o contato com a natureza e em especial o favorecimento da saúde física e mental.

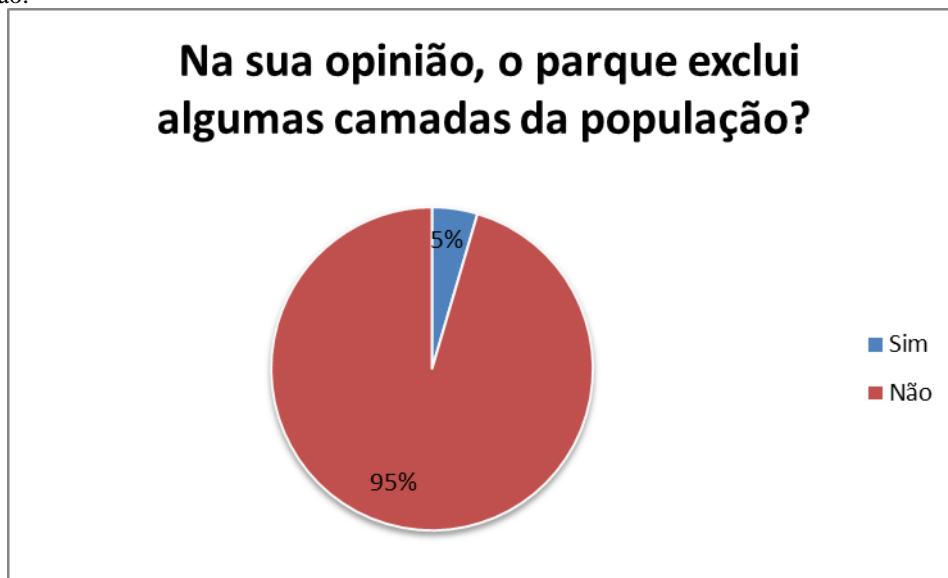
**Gráfico 11:** Benefícios que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski gera para a população.



**Fonte:** Arquivo Pessoal, 2017.

Quando questionados se o parque exclui alguma camada social da população, a grande maioria dos entrevistados (95%) disse que o parque não exclui as pessoas e que foi comum ouvir dos entrevistados “vem quem quer”, “o parque é aberto para toda população”.

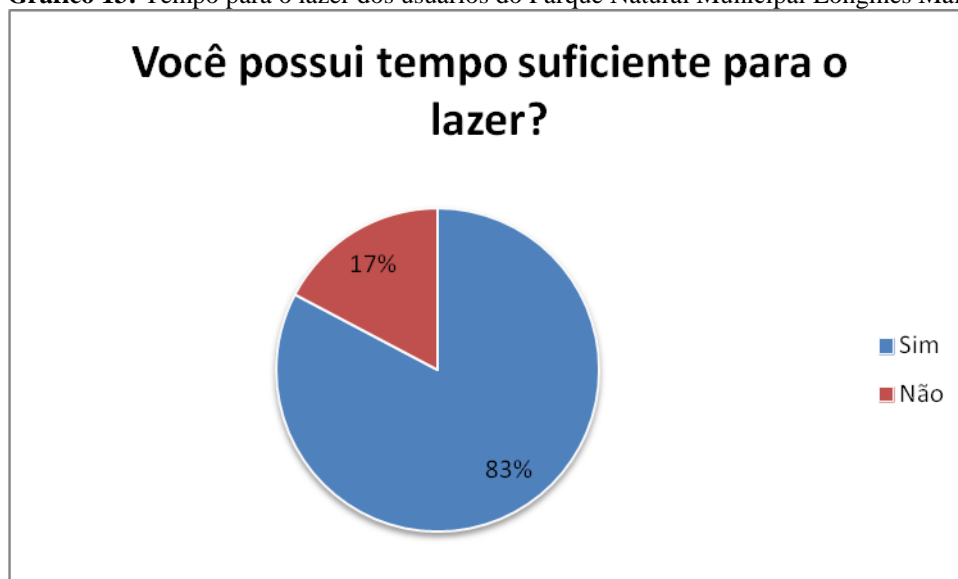
**Gráfico 12:** Inclusão ou exclusão que o Parque Natural Municipal Longines Malinowski gera a população.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

A pesquisa demonstra que 83% das pessoas entrevistadas dizem ter tempo suficiente para o lazer (gráfico 13), nesta questão é possível perceber que a maioria estava em momentos de lazer, por isso do número alto de entrevistados.

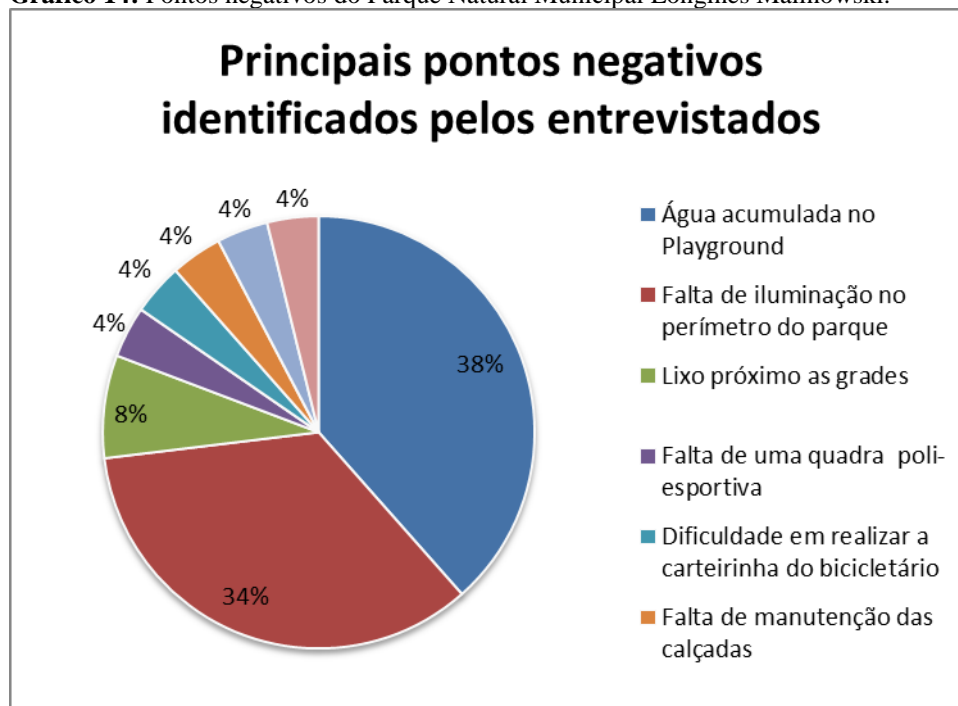
**Gráfico 13:** Tempo para o lazer dos usuários do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

Quando indagados sobre o parque possuir algum ponto negativo (gráfico 14), 38% dos usuários responderam que o principal problema é a água acumulada na areia, seguido da falta de iluminação no perímetro do parque e do lixo acumulado próximo a grade entorno do parque.

**Gráfico 14:** Pontos negativos do Parque Natural Municipal Longines Malinowski.



**Fonte:** Dados obtidos através da aplicação de questionário, Marcos Adriano Kühn, 2017.

## CAPÍTULO V

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância de parques urbanos principalmente no que se refere ao contato com áreas verdes para o lazer, recreação e prática de atividades físicas. Alguns parques, como é o caso do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, localizado no município de Erechim/RS, apresentam características positivas para o recebimento de visitantes, contudo ainda possuem algumas limitações de infraestrutura que comprometem alguns usos.

É possível identificar que quanto ao uso do Parque Natural Municipal Longines Malinowski, os usuários podem ser identificados com predomínio de adultos entre 26 a 35 anos de idade, sendo que as mulheres são as usuárias mais presentes. Os resultados também revelaram que há um predomínio do uso para caminhada no entorno do parque, não sendo utilizadas as dependências internas, como as trilhas, por exemplo. O uso primordial é da calçada e entorno. Importante destacar que no início do ano de 2016 a Prefeitura Municipal de Erechim finalizou obras de revitalização do entorno do Parque.

Embora possua uma área de lazer e de recreação, os dados revelaram que a sua utilização é secundária, ou seja, está classificada como segundo uso quando comparado com a caminhada do entorno do parque.

Um dado interessante apontado é o uso de bicicletas. Embora a revitalização do entorno do parque tenha estabelecido enfoque para uma ciclovia paralela a calçada, tangenciando o parque em toda a sua extensão, os resultados apontaram para uma baixa adesão.

Além disso, a maior parte dos usuários do PNMLM afirma que ele cumpre com a função de lazer ao ar livre, proporcionando espaço para exercícios, melhorando a saúde física e mental da população e apontam como os principais pontos negativos o acúmulo de água na areia do *playground* e a falta de iluminação no perímetro do parque.

A partir dos problemas apontados, podemos perceber que a população faz pouco uso das trilhas do parque, pois a falta de sinalização, mapeamento e manutenção não foi apontada pelos usuários entrevistados.

Nesse sentido, podemos afirmar que há uma carência muito grande da população por áreas de lazer. Tanto, que a Prefeitura Municipal de Erechim, realiza aos domingos, o fechamento de algumas vias de circulação próximas às praças do centro da cidade. É uma manobra para que a população faça uso dessas vias para lazer e recreação.

A partir desta pesquisa, podemos concluir que este parque urbano possui um importante papel no que se refere melhorar a qualidade de vida da população erechinense. Acreditamos que o PNMLM deva ser planejado de acordo com as necessidades da comunidade. Contudo, o papel ecológico e de educação ambiental também deve ser potencializado e, para isso, é necessário que as trilhas sejam bem sinalizadas, que aponte possíveis riscos e, o mais importante, é preciso que haja manutenção e divulgação, para que a população faça uso destas trilhas. Caso contrário, a população acaba por criar resistência a desvendar essas áreas.

A PME poderia investir num plano de divulgação e promoção da educação ambiental dentro do parque. Sabe-se que ele possui exemplares ainda muito preservados de fauna e flora endêmicas da Mata Atlântica, o qual é o bioma que mais sofreu devastação por influência da expansão da urbanização e industrialização, bem como pelo avanço do agronegócio e exploração madeireira. Assim, esses fragmentos de mata, são de fundamental importância para abrigar e preservar diversas espécies. Nesse sentido, o parque é uma excelente ferramenta para despertar a consciência ecológica da população, especialmente, a urbana.

Sugere-se, portanto, que o PNMLM disponha de: manutenção e implantação de lixeiras nas trilhas, projetos de ampla divulgação de educação ambiental, mapas de localização, placas indicativas de possíveis perigos, sinalização do percurso a ser percorrido.

Diante do exposto, destacamos a necessidade de maiores estudos interdisciplinares, os quais envolvam áreas como humanas, biológicas, engenharias, etc., no sentido de identificar problemas técnicos e ecológicos no interior do parque. Ao realizar esta pesquisa, uma dificuldade encontrada foi a aplicação do questionário, porque em boa parte deste ano as temperaturas amenas e chuvas dificultaram este processo, já que decaiu o número de pessoas que mantém suas atividades ao ar livre nessas condições climáticas.

Verificamos como um limitante deste trabalho a exploração das potencialidades ecológicas do parque, tais como a verificação de áreas degradadas, da qualidade da água, solo, ar, entre outras dimensões que poderiam ter sido abordadas e, que fica como sugestão para pesquisas futuras dentro desta unidade de conservação, visto que a qualidade de vida urbana está intimamente ligada com a questão ambiental.

## REFERÊNCIAS

**ASSOCIAÇÃO O Eco.** Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/>>. Acesso: 30 out. 2016.

ALBUQUERQUE, B. P. de. **As relações entre o homem e a natureza e a crisesócio-ambiental.** Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007. Disponível em: <[www.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/13.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/13.pdf)>. Acesso: 30 out. 2016.

AMORIM, M. C. da C. T. Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente/SP. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: [s. n.], 2001 p. 37-52.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso: 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso: 10 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso: 30 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de Agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm)>. Acesso: 11 out. 2017.

BRASIL. IBAMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento de Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.** Coordenação de Planejamento de Unidades de Conservação:Brasília, 2002.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASSOL, E. **Histórico de Erechim.** Passo Fundo, 1979.

CAVALHEIRO, F. O planejamento de espaços livres o caso de São Paulo. **Revista Silvicultura/Inst. Florestal.** São Paulo, v. 16<sup>a</sup>, 1982.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y. T. Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de arborização urbana.** Rio de Janeiro, v.2, n.3, jul./ago./set., p. 1. 1999.



CUNHA, S.; COELHO, M. C. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S.; GUERRA, A. (Org.). **A questão ambiental. Diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ERECHIM. **Plano Municipal de Saúde**. Erechim: 2010.

ERECHIM. **Decreto nº 3.161 de 11 de janeiro de 2007**. Erechim. Disponível em: <<http://www.pmerechim.gov.rs.br>>. Acesso: 30 de out. de 2016.

ERECHIM. **Home Page**. Disponível em: < <http://www.pmerechim.rs.gov.br/turista/pontos-turisticos/parquelongines-malinowski>>. Acesso em: 30 de out. de 2016

ERECHIM. **Lei Municipal Nº 3.110** de novembro de 1998 cria o Parque Municipal de Erechim, Disponível em: < <http://camara-municipal-de-erechim.jusbrasil.com.br/legislacao/366648/lei-3110-98>> Acesso: 30 out. 2016.

ERECHIM. **Lei Nº. 4.029**, de 17 de agosto de 2006. Altera a Redação do Art. 1º, da Lei nº. 3.110, de 30 de Novembro de 1998. Disponível em: <[http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/legislations/129/lei\\_4029.pdf](http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/legislations/129/lei_4029.pdf)> Acesso: 30 out. 2016.

ERECHIM. **Lei 6.193 de 24 de agosto de 2016**. Regulamenta a utilização e conservação do Parque Natural Municipal Longines Malinowski. Disponível em: < <http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/legislations/4770/bb8f2e55f9d1be73a8dbf5c785744aad.pdf>> . Acesso em: 07/11/2016.

FERREIRA, A. D. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: O caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro**. 2005. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)– Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

FIGUEIRÓ, A. S. **Biogeografia: Dinâmicas e Transformações da Natureza**. Oficina de Textos. São Paulo. 2015.

FILHO, D. de S. V.; et al. Infraestrutura urbana: infraestrutura e o crescimento populacional no Brasil. **Revista eletrônica da Fanese**. Sergipe. v. 4,n. 1, set. 2015

FÜNFELT, K. **História da Paisagem e Evolução Urbana da Cidade de Erechim (RS)**. Florianópolis, UFSC, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbana no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia\\_urbana/arranjos\\_populacionais/default.shtm?c=9](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/default.shtm?c=9)>. Acesso em: 06 out. 2016.

KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. Pini, 1993.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. de C. T. A Importância das Áreas Verdes para a Qualidade Ambiental das Cidades. **Revista Formação**, [S.l], n.13, p.69-82, dez. 2006

LONDE, P. R.; MENDES, P. C.. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, p. 264-272. jun. 2014.

MASCARÓ, L. Vegetação Urbana. 2ª ed. Porto Alegre: Mais Quatro. 204p. 2005.

MEDEIROS, J. de D.; SALVI, M.; BRITO, B. F. A de. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. **Biotemas**, Florianópolis, p. 33 - 50, mar. 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação**: O que são. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso: 30 out. 2016.

OLIVEIRA, L. D. De. **A conferência do rio de janeiro – 1992 (eco-92)**: reflexões sobre a geopolítica do desenvolvimento sustentável. 2011. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/arquivos/gt15-170-31-20120626115525.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. **Florestas Urbanas**: Planejamento para Melhoria da Qualidade de Vida. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 180 p., 2002.

PASSOS, P. N. C. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 6, 2009.

PME. PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Plano de manejo Parque Natural Municipal Longines Malinowski**. 1. ed. Erechim, 2011.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental**: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCALISE, W. **Parques urbanos**: evolução, projeto, funções e usos. Revista da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Tecnologia, Marília, v.4. n.1. 2002.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. In: **COBRAC 2004 • Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. Florianópolis: UFSC. 10 a 14 de Outubro 2004.

SOUZA, A. P. **Álbum fotográfico da história de Erechim**. Erechim: Edelbra, 2000.

SOUZA, M. C. da C.; AMORIM, M. C. de C. T. A Problemática Ambiental e o Verde Urbano. **Cidades Verdes**, [S.l.], v.01, n. 01, p.29-43, abr. 2013

SOUZA, M. C da C.; AMORIM, M. C. de C. T. Qualidade Ambiental em Áreas Verdes Públicas na Periferia de Presidente Prudente (SP): Os Exemplos dos Bairros Humberto Salvador e Morada do Sol. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.17, n.57, p. 59-73, mar. 2016.

VIANA, V. M. Conservação da Biodiversidade de Fragmentos de Florestas Tropicais em Paisagens Intensivamente Cultivadas. In: **Abordagens interdisciplinares para a**

**conservação da biodiversidade e dinâmica do uso da terra no novo mundo.** Belo Horizonte/Gainesville: Conservation International do Brasil, p. 135-154, 1995.

**ZANIN, E. M. Caracterização ambiental da paisagem urbana de Erechim e do Parque Municipal Longines Malinowski – Erechim – RS.** 2002. 176f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da saúde, Universidade Federal de São Carlos, 2002.

## ANEXO 1

## QUESTIONÁRIO SOBRE O USO DO PARQUE LONGINES MALINOWSKI

Nome do entrevistado:

Sexo: M( ) F( )

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

**1) Você usa o parque com qual finalidade?**

- ( ) caminhar
- ( ) descansar
- ( ) sentar nos bancos
- ( ) ginástica
- ( ) levar as crianças para brincar
- ( ) andar de bicicleta
- ( ) outros

**2) O que mais lhe atrai para vir ao parque?**

- ( ) o verde
- ( ) a sombra
- ( ) o espaço interno
- ( ) o espaço externo
- ( ) os equipamentos que o parque dispõe
- ( ) outros

**3) Você faz caminhada no entorno do parque quantas vezes?**

- ( ) todos os dias
- ( ) mais de uma vez por dia
- ( ) uma vez por semana
- ( ) uma vez por mês
- ( ) outros

**4) Qual o horário de sua preferência para usar o parque?**

- ( ) 7:00 – 11:00h
- ( ) 11:00 – 15:00 h
- ( ) 15:00 - 18:00 h
- ( ) 18:00 - 20:00 h

**5) Qual a distância que você se descola para vir ao parque?**

- ( ) uma quadra
- ( ) duas a três quadras
- ( ) vem de outro bairro.

Qual? \_\_\_\_\_

Quantos Km? \_\_\_\_\_

**6) O que você acha da qualidade dos serviços do parque?**

- ( ) muito boa
- ( ) boa
- ( ) razoável
- ( ) ruim

**7) Você acha que o parque cumpre as suas funções?**

- ( ) ecológica
- ( ) social
- ( ) estética
- ( ) lazer ao ar livre

**8) Para você quais os benefícios que o parque gera para o bem-estar da população?**

- ( ) proporciona saúde física e mental
- ( ) conforto
- ( ) lazer
- ( ) contato com a natureza
- ( ) outros. Qual? \_\_\_\_\_

**9) Você acha que o parque exclui algumas camadas da população?**

- ( ) sim
  - ( ) não
- Porque? \_\_\_\_\_

**10) Você possui tempo suficiente para o lazer?**

- ( ) sim
- ( ) não

## ANEXO 2

## QUESTIONÁRIO SOBRE O USO DO PARQUE LONGINES MALINOWSKI

Idade:

Sexo: M( ) F( )

Escolaridade:

( ) Séries iniciais ( ) Fundamental

( ) Médio ( ) Superior

**1) Você usa o parque com qual finalidade?**

( ) caminhar

( ) descansar

( ) sentar nos bancos

( ) ginástica

( ) levar as crianças para brincar

( ) andar de bicicleta

( ) outros

**2) O que mais lhe atrai para vir ao parque?**

( ) o verde

( ) a sombra

( ) o espaço interno

( ) o espaço externo

( ) os equipamentos que o parque dispõe

( ) outros

**3) Você utiliza o parque quantas vezes?**

( ) 1 vez por semana

( ) até 3 vezes por semana

( ) 1 vez por mês

( ) todos os dias

( ) esporadicamente

**4) Eliminada****5) Qual a distância que você se descola para vir ao parque?**

( ) uma quadra

( ) duas a três quadras

( ) quatro a cinco quadras

( ) vem de outro bairro.

Qual?\_\_\_\_\_

Quantos Km?\_\_\_\_\_

**6) O que você acha da qualidade dos serviços do parque?**

( ) muito boa

( ) boa

( ) razoável

( ) ruim

**7) Você acha que o parque cumpre quais funções para a cidade?**

( ) ecológica

( ) social

( ) estética

( ) lazer ao ar livre

**8) Para você, quais os benefícios que o parque gera para o bem-estar da população?**

( ) proporciona saúde física e mental

( ) conforto térmico

( ) lazer

( ) contato com a natureza

( ) outros. Qual?\_\_\_\_\_

**9) Você acha que o parque exclui algumas camadas da população?**

( ) sim

( ) não.

Porque?\_\_\_\_\_

**10) Você possui tempo suficiente para o lazer?**

( ) sim

( ) não

**11) Para você, o parque possui algum ponto negativo?**